

2013

Divulgação dos Resultados Consolidados do
Segundo Trimestre (2T13)



2T13: 175,8 MILHÕES DE VEIC. EQ. PEDAGIADOS (+5,6%), REC. LÍQUIDA DE R\$ 795,4 MILHÕES (+6,9%), EBITDA AJUSTADO DE R\$ 345,6 MILHÕES (+14,0%) E LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 106,9 MILHÕES (+19,9%)

AGENDA DE DIVULGAÇÃO
TELECONFERÊNCIA

EM PORTUGUÊS

Sexta-feira (09/08/2013)
10:00 (São Paulo)
09:00 (US Eastern Time)
Tel.: +55 (11) 4688-6361
Código: ARTERIS
Replay: Entre 09/08 e 15/08
Fone: +55 (11) 4688-6312
Código: 3297567#

EM INGLÊS

Sexta-feira (09/08/2013)
12:00 (São Paulo)
11:00 (US Eastern Time)
Tel.: +55 (11) 4688-6361
Código: ARTERIS
Replay: Entre 09/08 e 15/08
Fone: +55 (11) 4688-6312
Código: 5940150#

WEBCAST

O áudio da teleconferência será transmitido ao vivo pela internet através do link <http://webcall.rweb.com.br/arteris> e ficará disponível no site da Companhia após o evento.

São Paulo, 08 de agosto de 2013 – Arteris S.A. – (Novo Mercado da BM&FBovespa: ARTR3) anuncia seus resultados consolidados do 2T13, período encerrado em 30 de junho de 2013. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em base consolidada e em Reais, de acordo com a Legislação Societária.

DESTAQUES 2T13

- **Tráfego Pedagiado:** 175,8 milhões de veículos equivalentes registrados no 2T13, com crescimento de 5,6% em relação ao 2T12. No acumulado do ano, o aumento foi de 3,7% totalizando 349,5 milhões de veículos equivalentes.
- **Receita de Pedágio:** Crescimento de 11,8% com relação ao 2T12, em função do aumento do tráfego e reajustes tarifários, totalizando R\$ 558,5 milhões. Nos 6M13, a Companhia alcançou R\$ 1,1 bilhão de receita de pedágio, aumento de 9,9%.
- **EBITDA Ajustado:** No 2T13, foi de R\$ 345,6 milhões, aumento de 14,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, com margem EBITDA ajustada* de 69,5% (+6,4 p.p.). No acumulado do ano o EBITDA ajustado registrou crescimento de 11,0% com um total de R\$ 673,4 milhões e margem de 66,7% (+ 3,0 p.p.).
- **Lucro Líquido:** Aumento de 19,9% na comparação com o 2T12, fechando o trimestre com R\$ 106,9 milhões. Na comparação com o 6M12 o lucro líquido apresentou evolução de 3,0% totalizando R\$ 199,6 milhões no acumulado do ano.
- **Endividamento:** A dívida líquida totalizou R\$ 2,7 bilhões ao final do exercício, com um aumento de 8,8% em relação ao 1T13. O grau de alavancagem, medido pela relação Dívida Líquida / EBITDA Ajustado - Ônus Fixo (últ. 12 meses), ficou em 2,1 x.
- **Investimentos:** Desembolso de R\$ 310,7 milhões em ativos intangíveis e imobilizados e manutenção de rodovias no 2T13. No primeiro semestre de 2013, o total de investimentos da Companhia foi de R\$ 577,0 milhões.



Indicadores Financeiros	2T13	1T13	2T12	Var% 2T13/1T13	Var% 2T13/2T12
Veículos equivalentes (Mil)	175.819	173.731	166.505	1,2%	5,6%
Receita de pedágio (R\$ Mil)	558.475	536.515	499.626	4,1%	11,8%
Receita líquida (R\$ Mil)	795.371	738.121	743.983	7,8%	6,9%
EBITDA (R\$ Mil)	290.785	278.839	253.864	4,3%	14,5%
EBITDA Ajustado (R\$ Mil) ¹	345.653	327.733	303.285	5,5%	14,0%
Lucro líquido (R\$ Mil)	106.932	92.724	89.163	15,3%	19,9%
Margem EBITDA *	58,4%	54,5%	52,8%	3,9 p.p.	5,6 p.p.
Margem EBITDA ajustado*	69,5%	64,1%	63,1%	5,4 p.p.	6,4 p.p.
Patrimônio líquido (R\$ Mil)	1.714.294	1.699.808	1.489.718	0,9%	15,1%
Ativos totais (R\$ Mil)	6.110.232	6.107.315	5.690.178	0,0%	7,4%
Dívida bruta / Capitalização total ²	64,7%	65,2%	67,9%	-0,5 p.p.	-3,2 p.p.
Dívida líquida / EBITDA ajustado excl. ônus fixo ³	2,1	2,0	1,8	0,1	0,3

¹ Considera ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias.

² Capitalização total = patrimônio líquido + dívida bruta

³ EBITDA Ajustado acumulado nos últimos 12 meses

* Margem EBITDA baseada na Receita Operacional Líquida, excluindo Receitas de Construção

BM&FBovespa: ARTR3
Bloomberg: ARTR3 BZ
Thomson Reuters: ARTR.BR

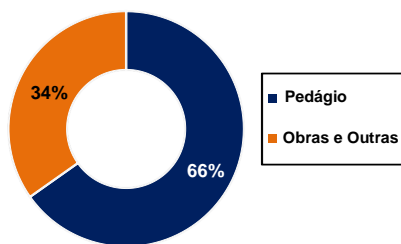
Atualização em 07/08/2013
Preço Fech.: R\$ 22,55 por ação
Valor de Mercado: R\$ 7,8 bilhões

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS								
(Em milhares de reais)								
	2T13	1T13	2T12	Var% 2T13/1T13	Var% 2T13/2T12	1S13	1S12	Var% 1S13/1S12
RECETA OPERACIONAL BRUTA	848.828	790.652	793.769	7,4%	6,9%	1.639.480	1.575.740	4,0%
Receitas de pedágio	558.475	536.515	499.626	4,1%	11,8%	1.094.990	996.122	9,9%
Estaduais	320.020	300.789	282.746	6,4%	13,2%	620.809	555.499	11,8%
Autovias	77.815	72.833	70.618	6,8%	10,2%	150.648	137.700	9,4%
Centrovias	81.486	78.833	70.282	3,4%	15,9%	160.319	140.288	14,3%
Intervias	88.241	82.045	78.150	7,6%	12,9%	170.286	153.241	11,1%
Vianorte	72.478	67.078	63.696	8,1%	13,8%	139.556	124.270	12,3%
Federais	238.455	235.726	216.880	1,2%	9,9%	474.181	440.623	7,6%
Planalto Sul	25.718	24.860	22.724	3,5%	13,2%	50.578	45.570	11,0%
Fluminense	38.203	38.855	35.925	-1,7%	6,3%	77.058	73.980	4,2%
Fernão Dias	57.153	55.269	54.185	3,4%	5,5%	112.422	108.930	3,2%
Régis Bittencourt	66.503	64.936	63.775	2,4%	4,3%	131.439	128.604	2,2%
Litoral Sul	50.878	51.806	40.271	-1,8%	26,3%	102.684	83.539	22,9%
Outras receitas	(7.465)	27.331	30.744	n.d.	n.d.	19.866	54.820	-63,8%
Receitas de obras	297.818	226.806	263.399	31,3%	13,1%	524.624	524.798	0,0%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(53.457)	(52.531)	(49.786)	1,8%	7,4%	(105.988)	(98.992)	7,1%
RECETA OPERACIONAL LÍQUIDA	795.371	738.121	743.983	7,8%	6,9%	1.533.492	1.476.748	3,8%
CUSTOS E DESPESAS	(504.586)	(459.282)	(490.119)	9,9%	3,0%	(963.868)	(965.353)	-0,2%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(108.813)	(143.711)	(137.289)	-24,3%	-20,7%	(252.524)	(270.661)	-6,7%
Custo dos serv. de construção	(297.818)	(226.806)	(263.399)	31,3%	13,1%	(524.624)	(524.798)	0,0%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(38.581)	(39.978)	(36.339)	-3,5%	6,2%	(78.559)	(71.397)	10,0%
Remuneração da administração	(4.953)	(4.418)	(3.868)	12,1%	28,1%	(9.371)	(6.961)	34,6%
Despesas tributárias	(700)	(809)	(1.147)	-13,5%	-39,0%	(1.509)	(2.235)	-32,5%
Provisão para manutenção em rodovias	(54.868)	(48.894)	(49.421)	12,2%	11,0%	(103.762)	(95.389)	8,8%
Outras receitas operacionais, líquidas	1.147	5.334	1.344	-78,5%	-14,7%	6.481	6.088	6,5%
EBITDA	290.785	278.839	253.864	4,3%	14,5%	569.624	511.395	11,4%
Margem EBITDA*	58,4%	54,5%	52,8%			56,5%	53,7%	
DEPRECIações E AMORTIZAções	(68.152)	(65.614)	(59.992)	3,9%	13,6%	(133.766)	(113.869)	17,5%
Depreciações e amortizações	(68.152)	(65.614)	(59.992)	3,9%	13,6%	(133.766)	(113.869)	17,5%
RESULTADO FINANCEIRO	(64.567)	(70.301)	(63.505)	-8,2%	1,7%	(134.868)	(110.282)	22,3%
Receitas financeiras	10.253	12.625	23.733	-18,8%	-56,8%	22.878	64.423	-64,5%
Despesas financeiras	(74.829)	(82.912)	(87.214)	-9,7%	-14,2%	(157.741)	(174.683)	-9,7%
Variação cambial, liq.	9	(14)	(24)			(5)	(22)	
LUCRO ANTES DOS EFITOS TRIBUTÁRIOS	158.066	142.924	130.367	10,6%	21,2%	300.990	287.244	4,8%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(51.134)	(50.200)	(41.204)	1,9%	24,1%	(101.334)	(93.491)	8,4%
Corrente	(53.328)	(48.486)	(41.837)	10,0%	27,5%	(101.814)	(91.326)	11,5%
Diferido	2.194	(1.714)	633	n.d.	246,6%	480	(2.165)	n.d.
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	106.932	92.724	89.163	15,3%	19,9%	199.656	193.753	3,0%

* A Margem EBITDA considera a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

Desempenho Econômico-Financeiro

Composição da Receita Bruta
2T13

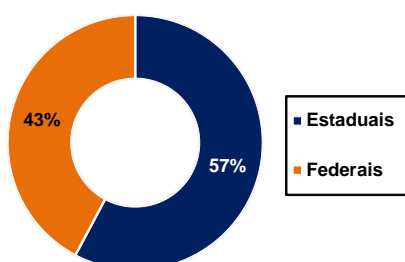


Receita Bruta de Serviços

No 2T13, a Arteris registrou **R\$ 848,8 milhões** em **receita bruta**, o que representou um **crescimento** de **6,9%** na comparação com o mesmo período do ano anterior. Contribuíram para essa melhora a **expansão** de **11,8%** nas **receitas de pedágio** que atingiram de **R\$ 558,5 milhões** no trimestre e o **aumento** de **13,1%** com **receitas de obras**, que foram de **R\$ 297,8 milhões**.

No **acumulado do ano**, o total da receita bruta da Arteris foi de **R\$ 1,6 bilhão**, **aumento** de **4,0%** em relação aos 6M12.

Composição da Receita de Pedágio
2T13



Receita de Pedágio

O **aumento do tráfego** de veículos, que registrou crescimento de 5,6% e o **reajuste** médio de 5,9% nas **tarifas** praticadas pelas concessionárias da Companhia em relação ao 2T12, foram os responsáveis pelo **crescimento** de **11,8%** na **receita de pedágio** da Arteris, que totalizou **R\$ 558,5 milhões** no trimestre.

Deste montante, **57%** foram provenientes das **concessões estaduais**, que **cresceram** **13,2%**, registrando **R\$ 320,0 milhões**, sendo os demais **43%** originados pelas **concessões federais** que alcançaram **melhora** de **9,9%**, totalizando **R\$ 238,5 milhões** em receitas de pedágio.

Nos **6M13**, a Arteris totalizou **R\$ 1,1 bilhão** de receitas de pedágio, **crescimento** de **9,9%** em relação aos 6M12, tendo as **concessionárias estaduais** contribuído com **R\$ 620,8 milhões (+ 11,8%)** e as **federais** com **R\$ 474,2 milhões (+7,6%)**.

Tráfego Pedagiado: O **volume consolidado** do tráfego pedagiado da Companhia foi de **175.819 mil veículos equivalentes** no 2T13, o que significou um **incremento** de **5,6%** em relação ao 2T12. Deste total, as **concessionárias estaduais** contribuíram com **49.402 mil veículos, crescendo 8,5%** e as **federais** tiveram **melhora** de **4,5%**, com um total de **126.417 mil veículos equivalentes**.

Este crescimento representou uma aceleração em relação ao primeiro trimestre do ano que havia registrado uma melhora de 1,8%, com destaque para as estradas estaduais que neste ano têm se mostrado mais vigorosas em relação às federais. O melhor desempenho relativo das estradas estaduais foi suportado principalmente pela evolução de veículos pesados que aumentaram sua participação em 1,9 p.p. no *mix* total de veículos estaduais com expansão de 11,9% em termos de veículos absolutos (contra um crescimento de 3,2% de veículos leves) em relação ao 2T12. Em função do melhor desempenho do tráfego no segundo trimestre, no **acumulado do ano**, a Arteris totalizou **349,5 milhões de veículos equivalentes**, um **crescimento acumulado** de **3,7%**.

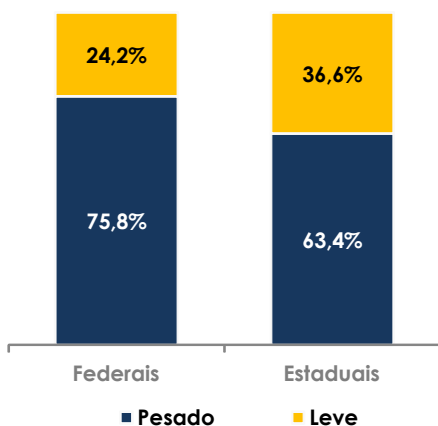
Veículos Equivalentes (Mil)	2T13	1T13	2T12	Var% 2T13/1T13	Var% 2T13/2T12	1S13	1S12	Var% 1S13/1S12
Estaduais	49.402	46.437	45.513	6,4%	8,5%	95.839	89.558	7,0%
Autovias	11.442	10.709	10.743	6,8%	6,5%	22.151	20.973	5,6%
Centrovias	13.189	12.768	11.877	3,3%	11,0%	25.957	23.743	9,3%
Intervias	15.705	14.601	14.570	7,6%	7,8%	30.306	28.617	5,9%
Vianorte	9.065	8.359	8.323	8,5%	8,9%	17.424	16.225	7,4%
Federais	126.417	127.294	120.992	-0,7%	4,5%	253.711	247.592	2,5%
Planalto Sul	7.143	6.906	6.886	3,4%	3,7%	14.049	13.809	1,7%
Fluminense	11.576	12.045	11.588	-3,9%	-0,1%	23.621	24.314	-2,8%
Fernão Dias	40.823	39.478	38.703	3,4%	5,5%	80.301	77.807	3,2%
Régis Bittencourt	36.946	36.076	35.431	2,4%	4,3%	73.022	71.447	2,2%
Litoral Sul	29.928	32.789	28.384	-8,7%	5,4%	62.717	60.215	4,2%
Total	175.819	173.731	166.505	1,2%	5,6%	349.550	337.150	3,7%

Em relação ao tráfego pedagiado do 2T13, **destaca-se** entre as concessionárias estaduais, a **Centrovias**, que apresentou **crescimento** de **11,0%**, resultado superior à média das demais. Entre as rodovias federais, destaque para a **Autopista Fernão Dias**, com **crescimento de 5,5%**.

A **Autopista Fluminense**, que nos últimos trimestres de 2012 vinha apresentando crescimentos expressivos, teve uma leve redução de 0,1% no tráfego pedagiado na comparação com o 2T12 e retração de 2,8% no acumulado do ano. Tal resultado se dá por conta de dois motivos: a intensificação das obras de duplicação da rodovia, que prejudicam o tráfego e levam alguns usuários a buscar rotas alternativas; e um evento pontual ocorrido no 1T12, que foi a ruptura de um dique interditando a BR 351 na região de Campos dos Goytacazes que desviou parte do tráfego para a BR-101 fazendo com que o volume registrado no ano anterior fosse maior do que o usual.

Na **Autopista Litoral Sul**, conforme comunicado pela Companhia no último mês de junho, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) solicitou a suspensão pelo período de 1 ano da cobrança de pedágio na praça de pedágio P5, localizada no município de Palhoça (SC) desde o dia 22 de junho de 2013, enquanto a Companhia realiza a transferência de suas operações para o município de Paulo Lopes (SC). A transferência, que também foi determinada pela ANTT depende da obtenção de licenças ambientais e a cobrança de pedágio poderá ser retomada tão logo seja concluída a obra da nova praça. Com isto, no 2T13 esta praça deixou de operar por 9 dias e o crescimento de 5,4% no tráfego da Autopista Litoral Sul em relação ao 2T12, poderia ter sido de aproximadamente 7,3% (*pro forma*).

A **composição do tráfego pedagiado** (medida em veículos equivalentes) no 2T13 foi de **63,4% de veículos pesados** e **36,6% de veículos leves nas concessões estaduais**; e de **75,8% de veículos pesados** e **24,2% de veículos leves nas concessões federais**.

Composição do Tráfego 2T13


Tarifa Média: A **tarifa média consolidada** praticada pela Arteris em suas praças de pedágio no 2T13 foi de **R\$ 3,18**, o que representou um **incremento de 5,9%** em relação à tarifa média do 2T12. Nos 6M13, a tarifa média foi de R\$ 3,13, representando um incremento de 6,0% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Segue tabela com a evolução consolidada comparativa da tarifa média para cada uma das concessionárias:

Tarifa Média (R\$ / Veic. Equiv.)	2T13	1T13	2T12	Var% 2T13/1T13	Var% 2T13/2T12	1S13	1S12	Var% 1S13/1S12
Estaduais	6,48	6,48	6,21	0,0%	4,3%	6,48	6,20	4,4%
Autovias	6,80	6,80	6,57	0,0%	3,5%	6,80	6,57	3,6%
Centrovias	6,18	6,17	5,92	0,1%	4,4%	6,18	5,91	4,5%
Intervias	5,62	5,62	5,36	0,0%	4,8%	5,62	5,35	4,9%
Vianorte	7,99	8,02	7,65	-0,4%	4,5%	8,01	7,66	4,6%
Federais	1,89	1,85	1,79	1,9%	5,2%	1,87	1,78	5,0%
Planalto Sul	3,60	3,60	3,30	0,0%	9,1%	3,60	3,30	9,1%
Fluminense	3,30	3,23	3,10	2,3%	6,4%	3,26	3,04	7,2%
Fernão Dias	1,40	1,40	1,40	0,0%	0,0%	1,40	1,40	0,0%
Régis Bittencourt	1,80	1,80	1,80	0,0%	0,0%	1,80	1,80	0,0%
Litoral Sul	1,70	1,58	1,42	7,6%	19,8%	1,64	1,39	18,0%
Total	3,18	3,09	3,00	2,9%	5,9%	3,13	2,95	6,0%

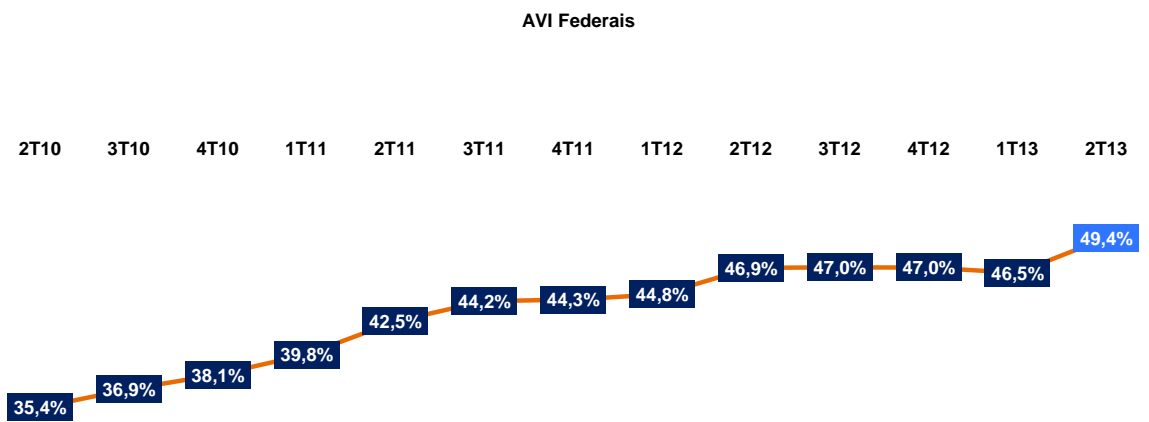
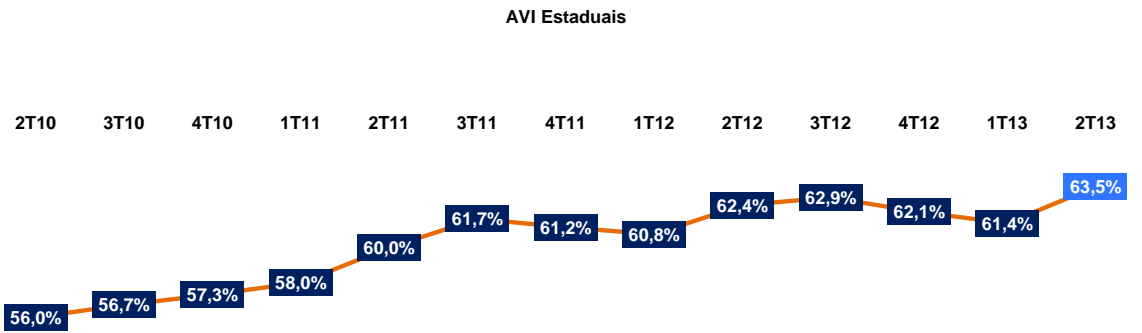
A tarifa média das **concessões estaduais** no 2T13 foi de **R\$ 6,48**, com **aumento** de **4,3%** em relação ao mesmo período do ano anterior. Este incremento está relacionado aos reajustes realizados em julho de cada ano com base na variação acumulada do IGP-M, que foi de 4,26% em 2012. Nos 6M13, o crescimento foi de 4,4%.

Em junho de 2013, o Governo do Estado de São Paulo anunciou o congelamento do repasse anual de inflação nas tarifas das concessões estaduais para o exercício corrente, e que deveria ter ocorrido em 1º de julho, de acordo com o contrato de concessão. Esta medida será assumida pelo Governo através de ações como a redução do repasse ao poder concedente do ônus variável de outorga de 3,0% da receita bruta de pedágio para 1,5%, da redução das parcelas mensais do ônus fixo pago e do início da cobrança do eixo suspenso de veículos pesados nas estradas estaduais, que se tornou efetivo em 28 de julho de 2013. Desta forma, viabiliza-se o reequilíbrio econômico e financeiro dos contratos, respeitando o marco regulatório do setor e os respectivos contratos. O congelamento das tarifas para o ano de 2013, portanto, não terá impactos adversos nos resultados da Companhia.

Já as **concessões federais** tiveram um **aumento** de **5,2%** na comparação trimestral, com uma **tarifa média** de **R\$ 1,89** no 2T13. As novas tarifas refletem os reajustes ocorridos em dezembro de 2012 (Autopistas Fernão Dias, Régis Bittencourt e Planalto Sul) e em fevereiro de 2013 (Autopistas Fluminense e Litoral Sul), períodos em que foram repassados a variação acumulada do IPCA e eventuais reequilíbrios econômico-financeiros dos contratos. No acumulado do ano, as concessionárias federais registraram um crescimento de 5% em sua tarifa média consolidada.

No caso das concessões federais, é importante lembrar que as diferenças percentuais em relação à variação do IPCA aplicado às tarifas decorre justamente do impacto dos reequilíbrios dos contratos, que leva em consideração (i) modificações nos programas de exploração nas rodovias por adição e exclusão de obras, (ii) reprogramação dos cronogramas de investimentos, (iii) efeitos de atraso ou antecipação de obras previstos nos contratos de concessão e (iv) critérios de arredondamento na primeira casa decimal de acordo com as regras contratuais. Isto explica, por exemplo, os crescimentos de 19,8% e 9,1% respectivamente nas tarifas das Autopista Litoral Sul e Planalto Sul (que tiveram aditivos de obras) e a manutenção das tarifas nas Autopistas Fernão Dias e Régis Bittencourt (reprogramação de obras e efeitos de arredondamento).

Meios Eletrônicos: A receita com cobrança eletrônica (Sistema AVI) nas praças de pedágio das concessionárias estaduais representou 63,5% no 2T13, contra 62,4% no 2T12. Nas concessionárias federais, o percentual médio da receita com cobrança eletrônica foi de 49,4% no 2T13 contra 46,9% no 2T12. Abaixo, gráfico com a evolução trimestral da receita por meios eletrônicos desde o segundo trimestre de 2010:



Receita de Obras

A **receita de obras** da Arteris no 2T13 foi de **R\$ 297,8 milhões**, uma **aumento de 13,1%** em relação ao 2T12. Estas receitas não têm “efeito caixa”, sendo apenas uma representação contábil relacionada aos investimentos da Companhia em seus ativos intangíveis. O referido aumento foi suportado pela intensificação do programa de investimentos da companhia em suas rodovias federais, que responderam por 96,6% de toda a receita de obras do período.

No **acumulado do ano**, a Arteris totalizou **R\$ 524,6 milhões** com receitas de obras, praticamente o mesmo registrado nos 6M12, impactado por uma diminuição do ritmo de execução no 1T13 em virtude de chuvas e pausas em decorrência de feriados no período.

Outras Receitas

No **2T13**, as “**outras receitas**”, que possuem natureza variável, foram **negativas em R\$ 7,5 milhões**. A Companhia realizou uma reclassificação de receitas provenientes de obras de micro revestimento que estavam sendo contabilizadas como “outras receitas”, mas que a partir deste trimestre passaram a ser registradas como “receitas de obras”. Em virtude deste novo critério, no 2T13, as “outras receitas” foram impactadas pelos efeitos: (i) de ajustes retroativos do 1T13 e (ii) da mudança contábil do trimestre corrente. Estes efeitos, em contrapartida e em igual valor, também impactaram a linha de “outras despesas operacionais líquidas”, sem afetar portanto os resultados da Companhia.

Do total de “Outras Receitas” do 2T13, **R\$ 3,9 milhões** foram provenientes da **exploração da faixa de domínio** pelas concessionárias, **R\$ 5,4 milhões** da **conservação e pavimentação** das rodovias realizadas pelas construtoras do grupo e - **R\$ 16,8 milhões** vieram do referido **estorno de receitas** de micro revestimento.

Nos **6M13**, as “outras receitas” foram de **R\$ 19,8 milhões**, montante 63,8% inferior ao mesmo período de 2012 em função destas reclassificações.

Receita Líquida de Serviços e Deduções da Receita

O total da receita líquida da Companhia no 2T13 foi de **R\$ 795,4 milhões**, **melhora de 6,9%** em relação ao mesmo período do exercício anterior. Conforme mencionado, este aumento foi suportado principalmente pelo incremento do tráfego de veículos e reajustes tarifários. No **acumulado do ano** a Arteris registrou um crescimento de 3,8% em sua receita líquida em relação aos 6M12, com um total de **R\$ 1,5 bilhão**.

As **deduções da receita**, compostas por tributos como PIS (0,65%), COFINS (3,0%) e ISS (5,0%), foram de **R\$ 53,5 milhões** no **2T13**, crescimento de 7,4%, acompanhando principalmente o aumento da receita bruta de pedágio do período. Nos **6M13**, o total de deduções foi de R\$ 106,0 milhões.

Custos e Despesas

O total de **custos e despesas** da Companhia no 2T13 foi de **R\$ 572,7 milhões**, montante **4,1%** superior ao registrado no 2T12.

Porém, deste total, **apenas 26,5%** ou R\$ 151,9 milhões referem-se a **custos “caixa”**, que apresentaram uma relevante redução de 14,3% entre os mesmos períodos contribuindo com a melhora de margens da Companhia neste trimestre, uma vez que passaram a representar **30,5% da receita líquida** (ex-construção) enquanto este percentual era de 36,9% no 2T12.

No acumulado do ano, o total de custos e despesas da Companhia se manteve relativamente estável em R\$ 1,1 bilhão, valor 1,7% superior aos 6M12, enquanto os custos caixa caíram 2,8%, totalizando R\$ 335,5 milhões.

Custos e Despesas Operacionais (R\$ Mil)	2T13	1T13	2T12	Var% 2T13/1T13	Var% 2T13/2T12	1S13	1S12	Var% 1S13/1S12
Serviços de terceiros	(48.007)	(45.796)	(47.441)	4,8%	1,2%	(93.803)	(91.491)	2,5%
Pessoal	(54.096)	(49.325)	(48.516)	9,7%	11,5%	(103.421)	(93.559)	10,5%
Conservação	(24.571)	(23.737)	(24.460)	3,5%	0,5%	(48.308)	(52.085)	-7,3%
Verba de fiscalização	(9.184)	(9.097)	(8.685)	1,0%	5,7%	(18.281)	(17.283)	5,8%
Custos com Poder Concedente	(9.965)	(9.323)	(8.822)	6,9%	13,0%	(19.288)	(17.347)	11,2%
Seguros e garantias	(4.488)	(5.813)	(5.824)	-22,8%	-22,9%	(10.301)	(10.812)	-4,7%
Remuneração da administração	(4.953)	(4.418)	(3.868)	12,1%	28,1%	(9.371)	(6.961)	34,6%
Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscal	(1.114)	(1.169)	(678)	-4,7%	64,3%	(2.283)	(885)	158,0%
Despesas tributárias	(700)	(809)	(1.147)	-13,5%	-39,0%	(1.509)	(2.235)	-32,5%
Outras despesas operacionais, líq.	5.178	(34.095)	(27.857)	n.d.	n.d.	(28.917)	(52.508)	-44,9%
Subtotal (Custo Caixa)	(151.900)	(183.582)	(177.298)	-17,3%	-14,3%	(335.482)	(345.166)	-2,8%
% Custo Caixa / Receita Líquida (ex-construção)	30,5%	35,9%	36,9%	-5,4 p.p.	-6,4 p.p.	33,3%	36,3%	-3,0 p.p.
Custo dos serviços de construção	(297.818)	(226.806)	(263.400)	31,3%	13,1%	(524.624)	(524.798)	0,0%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(54.868)	(48.894)	(49.421)	12,2%	11,0%	(103.762)	(95.389)	8,8%
Depreciação e Amortização	(68.152)	(65.614)	(59.992)	3,9%	13,6%	(133.766)	(113.869)	17,5%
Total	(572.738)	(524.896)	(550.111)	9,1%	4,1%	(1.097.634)	(1.079.222)	1,7%

Entre as **principais variações** dos **“custos caixa”** da Companhia, na comparação entre o 2T13 e o 2T12, destaca-se:

- **Custos com serviços de terceiros:** Foram de R\$ 48,0 milhões, incremento de 1,2% em relação ao 2T12, em função dos reajustes baseados nos últimos dissídios coletivos das categorias contratadas, apesar do processo de internalização do quadro de arrecadadores da Autopista Fluminense, ocorrido em dezembro de 2012.
- **Custos com pessoal:** Registrou um aumento de 11,5%, ficando em R\$ 54,1 milhões, também sendo impactado diretamente pelo processo de internalização da Autopista Fluminense (que teve seu quadro de pessoal expandido em 136 profissionais) e em função dos dissídios salariais de todos os profissionais da Companhia.
- **Verba de fiscalização:** O aumento de R\$ 0,5 milhão ou 5,7% em relação ao 2T12, se deve ao reajuste periódico deste montante pela variação do IPCA, sendo pago pelas concessionárias federais ao poder concedente (ANTT)
- **Conservação:** Não apresentou grandes variações no volume de intervenções realizadas nos pavimentos e infraestrutura das rodovias entre os períodos, o que se traduziu em uma leve alta de 0,5% em relação ao 2T12 totalizando R\$ 24,6 milhões.

- **Custos com o poder concedente:** Foram de R\$ 10,0 milhões, registrando alta de 13,0%. O aumento acompanha a expansão das receitas de pedágio das concessões estaduais, uma vez que estes custos estavam atrelados ao repasse de 3% deste faturamento ao poder público.
- **Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais:** Aumento de R\$ 0,4 milhão do valor provisionado no 2T13 em relação ao 2T12 de acordo com a expectativa de perda provável dos processos em que a Companhia e suas controladas são parte.
- **Outras despesas operacionais líquidas:** Passou de uma despesa de R\$ 27,8 milhões no 2T12, para um valor positivo de R\$ 5,1 milhões neste trimestre. Conforme já mencionado, esta variação está relacionada principalmente pelos efeitos das reclassificações contábeis realizadas na linha de “outras receitas”.

Em relação aos “custos não caixa” destaca-se:

- **Custos de construção:** Constitui-se de uma representação contábil da adição de ativos intangíveis advinda das novas regras do IFRS e foram de R\$ 297,8 milhões no 2T13, com aumento de 13,1% na comparação com o 2T12 em função de uma aceleração no ritmo de realização de obras no trimestre, em linha com o plano de execução do CapEx da companhia.
- **Provisões para manutenção:** Foram de R\$ 54,9 milhões no 2T13 e referem-se à constituição de reservas relacionadas a desembolsos futuros para obras periódicas de troca de pavimento das rodovias e que acontecem em média a cada sete anos. A antecipação do cronograma de intervenções nas estradas estaduais e federais contribuiu para o aumento de 11,0% destes custos na comparação com o 2T12.
- **Depreciações e amortizações:** Estão em consonância com a adoção das regras do IFRS que determinam a amortização por completo de ativos intangíveis até o final do período de concessão, sendo ponderada pela curva de tráfego projetada para cada rodovia. Desta forma, o aumento da base de intangíveis em função dos investimentos da Companhia e o constante crescimento do tráfego, vêm contribuindo para o aumento dos valores amortizados, os quais apresentaram uma evolução de 13,6% neste trimestre em relação ao 2T12, totalizando R\$ 68,1 milhões.

EBITDA e EBITDA Ajustado

O **EBITDA** da Arteris no 2T13 foi de **R\$ 290,8 milhões**, uma **melhora de 14,5%** em relação ao mesmo período de 2012. Este resultado foi suportado principalmente pelo aumento da receita líquida, que contou com o incremento do tráfego pedagiado e reajustes tarifários e o controle dos custos caixa, que reduziram substancialmente seu percentual em relação à receita. Desta forma, a Companhia registrou uma **margem EBITDA*** de **58,4%** no trimestre, **5,6 p.p. acima** da margem apresentada no 2T12, e 3,9 p.p. maior do que a margem do 1T13.

No **acumulado do ano** o EBITDA da Companhia atingiu **R\$ 569,6 milhões**, com **crescimento de 11,4%** e **margem* de 56,5% (+2,7 p.p.)**.

Já o **EBITDA ajustado** pela provisão para manutenção de rodovias, que não tem “efeito caixa”, registrou uma **melhora de 14,0%**, com um total de **R\$ 345,6 milhões e margem* de 69,5%**, com expressivo aumento de **6,4 p.p.** em relação ao 2T12. Nos **6M13**, o EBITDA ajustado foi de **R\$ 673,4 milhões**, **alta de 11,0%** na comparação com os 6M12 e com **margem ajustada de 66,7% (+3,0 p.p.)**.

* A Margem EBITDA considera a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

EBITDA								
(Em milhares de reais)								
	2T13	1T13	2T12	Var% 2T13/1T13	Var% 2T13/2T12	1S13	1S12	Var% 1S13/1S12
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	795.371	738.121	743.983	7,8%	6,9%	1.533.492	1.476.748	3,8%
Custos e Despesas (excl. deprec. e amortização)	(504.586)	(459.282)	(490.119)	9,9%	3,0%	(963.868)	(965.353)	-0,2%
EBITDA ¹	290.785	278.839	253.864	4,3%	14,5%	569.624	511.395	11,4%
Margem EBITDA*	58,4%	54,5%	52,8%	3,9 p.p.	5,6 p.p.	56,5%	53,7%	2,7 p.p.
(+) Provisão para manutenção de rodovias	54.868	48.894	49.421	12,2%	11,0%	103.762	95.389	8,8%
EBITDA Ajustado ²	345.653	327.733	303.285	5,5%	14,0%	673.386	606.784	11,0%
Margem EBITDA Ajustada*	69,5%	64,1%	63,1%	5,4 p.p.	6,4 p.p.	66,7%	63,7%	3,0 p.p.

¹ EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

² Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01).

* A Margem EBITDA considera a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

É importante mencionar em relação ao EBITDA consolidado da Arteris, que o mesmo é composto não só pelo resultado das suas concessionárias estaduais e federais, uma vez que carrega também a estrutura da *holding* da Companhia e suas empresas construtoras.

Neste sentido, para uma melhor análise do **resultado operacional** da Companhia, apresentamos a **abertura do EBITDA Ajustado**, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Ebitda Ajustado (R\$ Mil)	2T13	1T13	2T12	Var% 2T13/1T13	Var% 2T13/2T12
Ebitda Ajustado - Consolidado	345.653	327.733	303.285	5,5%	14,0%
Estaduais	234.737	217.586	204.881	7,9%	14,6%
Federais	109.236	110.028	94.940	-0,7%	15,1%
Holding	(5.703)	(2.874)	(3.982)	98,4%	43,2%
Construtoras	7.383	2.993	7.446	146,7%	-0,8%

Segue abaixo tabela com o cálculo do EBITDA e EBITDA Ajustado das empresas da Arteris para o 2T13:

Sociedades do Grupo (R\$ Mil)	Receita Líquida				Custos e Despesas ¹				EBITDA	Provisão para Manut. de Rodovias	EBITDA Ajustado	Var% 2T13x2T12	Margem EBITDA Ajustada*
	Receita de Serviços (A)	Var% 2T13x2T12	Receita de Obras (B)	Total (A + B)	Custos dos Serv. Prestados (A)	Var% 2T13x2T12	Custos dos Serv. de Construção (B)	Total (A + B)					
Autovias	71.548	10,1%	5.435	76.983	(23.895)	5,0%	(5.435)	(29.330)	47.653	9.777	57.430	11,7%	80,3%
Centrovias	75.050	15,7%	608	75.658	(22.537)	-8,2%	(608)	(23.145)	52.513	7.883	60.396	18,4%	80,5%
Intervias	81.588	12,8%	2.782	84.370	(24.915)	3,4%	(2.782)	(27.697)	56.673	6.850	63.523	12,7%	77,9%
Vianorte	66.630	13,7%	1.443	68.073	(22.281)	-10,2%	(1.443)	(23.724)	44.349	9.039	53.388	15,8%	80,1%
Estaduais	294.816	13,1%	10.268	305.084	(93.628)	-2,7%	(10.268)	(103.896)	201.188	33.549	234.737	14,6%	79,6%
Planalto Sul	23.584	15,7%	26.970	50.554	(15.753)	4,8%	(26.970)	(42.723)	7.831	3.377	11.208	69,5%	47,5%
Fluminense	35.340	9,0%	59.081	94.421	(21.543)	26,4%	(59.081)	(80.624)	13.797	3.559	17.356	4,0%	49,1%
Fernão Dias	52.226	5,3%	64.671	116.897	(35.391)	15,4%	(64.671)	(100.062)	16.835	5.483	22.318	4,2%	42,7%
Régis Bittencourt	61.296	4,9%	68.500	129.796	(30.583)	15,6%	(68.500)	(99.083)	30.713	4.853	35.566	4,4%	58,0%
Litoral Sul	47.133	29,0%	68.328	115.461	(28.392)	27,7%	(68.328)	(96.720)	18.741	4.047	22.788	41,2%	48,3%
Federais	219.579	11,3%	287.550	507.129	(131.662)	18,1%	(287.550)	(419.212)	87.917	21.319	109.236	15,1%	49,7%
Total Concessionárias	514.395	12,3%	297.818	812.213	(225.290)	8,5%	(297.818)	(523.108)	289.105	54.868	343.973	14,7%	66,9%
<i>Arteris Holding</i>	-	-	-	-	(5.703)	-	-	(5.703)	(5.703)	-	(5.703)	-	-
<i>Construtoras</i>	-	-	128.092	128.092	-	-	(120.709)	(120.709)	7.383	-	7.383	-	-
<i>Outras sociedades e eliminações p/ consolidação</i>	-	-	(144.934)	(144.934)	-	-	144.934	144.934	-	-	-	-	-
Total	514.395		280.976	795.371	(230.993)		(273.593)	(504.586)	290.785	54.868	345.653		69,5%

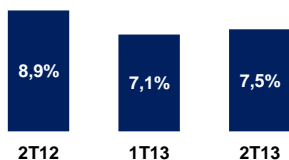
¹ Exclui Depreciação e Amortização

* A Margem EBITDA considera a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

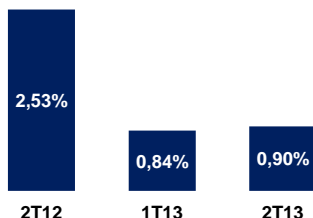
Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ Mil)	2T13	1T13	2T12	Var% 2T13/1T13	Var% 2T13/2T12	1S13	1S12	Var% 1S13/1S12
Receitas Financeiras	10.253	12.625	23.733	-18,8%	-56,8%	22.878	64.423	-64,5%
Juros Ativos	203	214	(4.278)	-5,1%	-104,7%	417	513	-18,7%
Aplicações Financeiras	9.870	12.348	27.889	-20,1%	-64,6%	22.218	55.157	-59,7%
Encargos Financeiros - Reversão de Ajuste a Valor Presente	-	-	-	-	-	-	8.382	-100,0%
Outras Receitas	180	63	122	185,7%	47,5%	243	371	-34,5%
Despesas Financeiras	(74.829)	(82.912)	(87.214)	-9,7%	-14,2%	(157.741)	(174.683)	-9,7%
Encargos Financeiros	(57.605)	(61.672)	(65.730)	-6,6%	-12,4%	(119.277)	(139.401)	-14,4%
Atualização do Ônus da Concessão	(5.896)	(6.288)	(12.453)	-6,2%	-52,7%	(12.184)	(17.497)	-30,4%
Encargos Financeiros - Reversão de Ajuste a Valor Presente	(3.453)	(9.320)	(5.897)	-63,0%	-41,4%	(12.773)	(12.296)	3,9%
Outras Despesas	(7.875)	(5.632)	(3.134)	39,8%	151,3%	(13.507)	(5.489)	146,1%
Variação Cambial, liq.	9	(14)	(24)	-164,3%	-137,5%	(5)	(22)	-77,3%
Resultado Financeiro	(64.567)	(70.301)	(63.505)	-8,2%	1,7%	(134.868)	(110.282)	22,3%

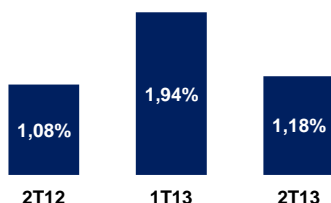
Taxa DI (média trimestral)



IGP-M (trimestral)



IPCA (trimestral)



No **2T13**, o **resultado financeiro** da Companhia foi **negativo em R\$ 64,6 milhões**, com uma **melhora de 8,2%** em relação aos R\$ 70,3 milhões negativos registrados no 1T13.

Este resultado é a combinação dos seguintes fatores:

- As **receitas financeiras** foram **R\$ 2,4 milhões menores** do que a do trimestre anterior, representando uma **redução de 18,8%**. Da mesma forma do que vinha ocorrendo em trimestres anteriores, esta redução se deve principalmente à **queda dos rendimentos das aplicações financeiras**, que foram 20,1% inferiores em relação ao 1T13, diante de um montante médio menor de recursos disponíveis para aplicações em virtude de desembolsos vinculados à parcela não financiável do plano de investimentos da Companhia;
- Enquanto as **despesas financeiras registraram uma queda de 9,7%**, totalizando **R\$ 74,8 milhões**, afetadas principalmente pela redução de 6,6% dos **encargos financeiros**, **6,2% dos ônus de concessão e pelos ajustes de AVP**, os quais passaram de 9,3 milhões no 1T13 para 3,5 milhões no 2T13. Esta redução se deu mesmo com o aumento de 39,8% de **outras despesas**, principalmente pelo maior volume de IOF pago para as operações de mútuo entre a Companhia e suas concessionárias.

Em relação ao 2T12, o resultado financeiro apresentou uma ligeira variação de 1,7%, diferença de R\$ 1,0 milhão entre os períodos. Este resultado foi impactado basicamente pelos mesmos motivos já comentados, mais fortemente pela redução das receitas financeiras.

Lucro Líquido

A Arteris registrou um total de **R\$ 106,9 milhões** de **lucro líquido** no 2T13, significativo aumento de **19,9%** em relação ao 2T12. Esta melhora pode ser explicada principalmente em função:

- Do crescimento de 6,9% na receita líquida da Companhia;
- Da redução de 14,3% nos custos caixa em relação ao mesmo período do ano anterior;
- Da manutenção do resultado financeiro em patamar similar ao registrado no 2T12, com ligeira variação de 1,7%.

Com este resultado, a Companhia reverte a retração que havia sofrido em seu lucro líquido no 1T13 (-11,3% em relação ao 1T12) e atinge um **crescimento de 3,0% no acumulado do ano**, totalizando **R\$ 199,6 milhões**.

Pagamento de Dividendos

Em 06 de maio de 2013, a Companhia efetuou o pagamento de **R\$ 112,6 milhões** a título de distribuição de dividendos, conforme aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de abril de 2013. Este valor, somou-se aos R\$ 72,3 milhões de dividendos intermediários pagos em dezembro de 2012, representando um **payout de 50,0%** em relação ao resultado do último exercício social da Companhia.

Endividamento

Em 30 de junho de 2013, a **dívida líquida** da Companhia totalizou **R\$ 2,7 bilhões**, com **aumento de 8,8%** ou R\$ 218,1 milhões em relação ao 1T13.

Endividamento (Em milhares de reais)	2T13	1T13	2T12	Var% 2T13/1T13	Var% 2T13/2T12
Dívida Bruta	3.140.893	3.177.875	3.144.590	-1,2%	-0,1%
Curto Prazo	466.467	456.523	431.973	2,2%	8,0%
Longo Prazo	2.674.426	2.721.352	2.712.617	-1,7%	-1,4%
Posição de Caixa	435.162	690.248	1.005.605	-37,0%	-56,7%
Caixa e equivalentes de caixa	320.043	584.399	889.289	-45,2%	-64,0%
Aplicações financeiras vinculadas ¹	115.119	105.849	116.316	8,8%	-1,0%
Dívida Líquida	2.705.731	2.487.627	2.138.985	8,8%	26,5%

¹ Curto e longo prazos

Este aumento, em relação ao trimestre anterior, está associado principalmente à:

- **Redução de R\$ 255,1 milhões na posição de caixa** (caixa e equivalentes de caixa + aplicações financeiras vinculadas) que foram destinados em sua maior parte, para a quitação de parcelas das debêntures das concessionárias estaduais da Companhia e ao pagamento das parcelas não financiáveis das obras em execução. Lembrando que as concessionárias federais contam com recursos do BNDES com linhas de financiamento de longo prazo que podem cobrir até 70% do valor total de obras, sendo o restante aportado pela Companhia.

- Enquanto o **endividamento bruto** apresentou uma **redução** de **R\$ 37,0 milhões**, refletindo ao mesmo tempo os desembolsos de empréstimos de longo prazo junto ao BNDES, no total de R\$ 62,9 milhões no 2T13 e a quitação de parcelas relativas às debêntures a Companhia nas estaduais, no valor de R\$ 100,2 milhões.

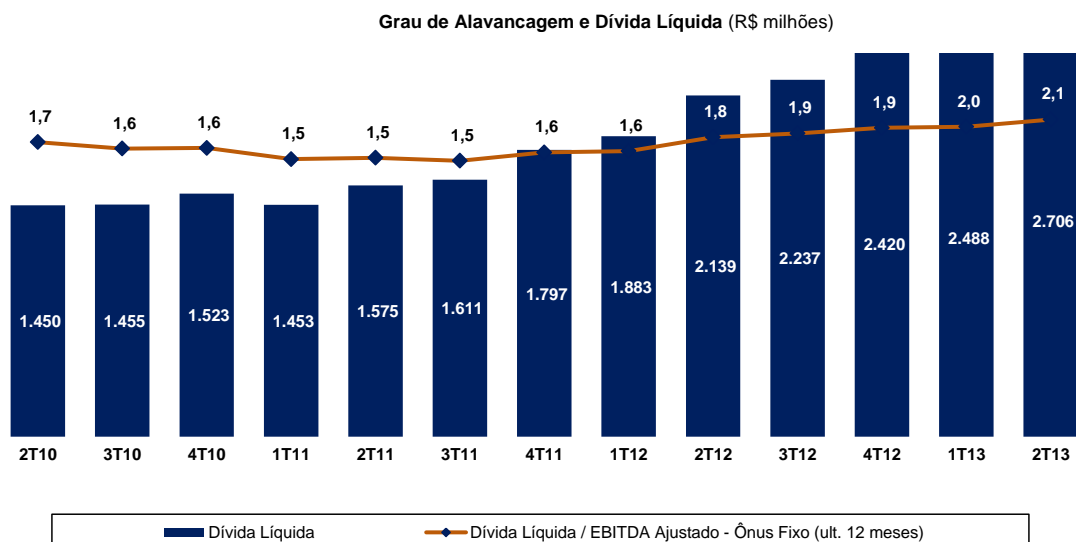
Empréstimos BNDES: A Arteris conta com recursos na modalidade de empréstimos ponte e de longo prazo, concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para financiar os programas de investimento das concessões federais da Companhia. Desta forma, **todas** as **5 concessionárias federais** já **contam com linhas de financiamento** de longo prazo aprovadas, **garantindo** os recursos necessários para a **implantação das principais obras** contratuais até o final do período de concessão.

Até 30 de junho de 2013 foram **desembolsados** aproximadamente **R\$ 2,1 bilhões** referentes a empréstimos do BNDES, restando, portanto, um **saldo** a utilizar de **R\$ 1,6 bilhão**.

BNDES (R\$ Mil)			
Concessionárias	Total Contratado	Total Tomado	Saldo Disponível
Total	3.694.549	2.115.398	1.579.151
Planalto Sul	331.344	239.080	92.264
Fluminense	780.819	366.520	414.299
Fernão Dias	702.754	525.702	177.052
Régis Bittencourt	1.069.495	629.678	439.817
Litoral Sul	810.137	354.418	455.719

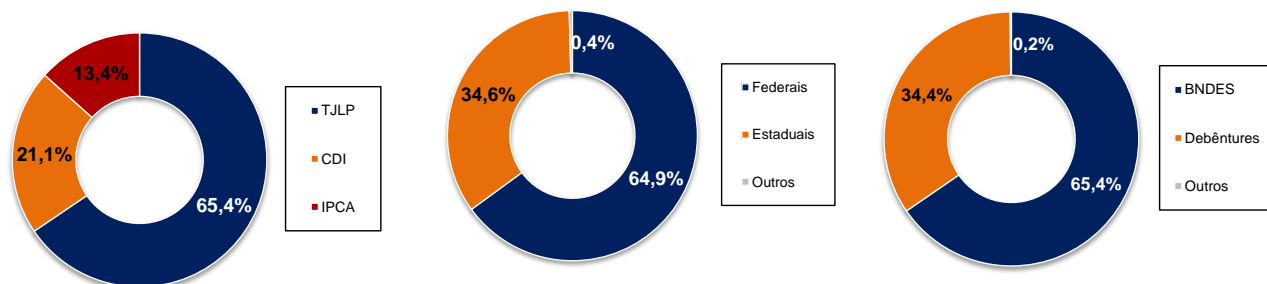
A seguir maiores detalhes sobre as características do endividamento da Companhia:

A dívida líquida no final do 2T13 representava 2,1 vezes o EBITDA Ajustado gerado menos o pagamento do ônus fixo nos últimos 12 meses, mantendo o nível de alavancagem da Companhia praticamente no mesmo patamar do registrado no trimestre anterior que havia sido de 2,0 vezes.

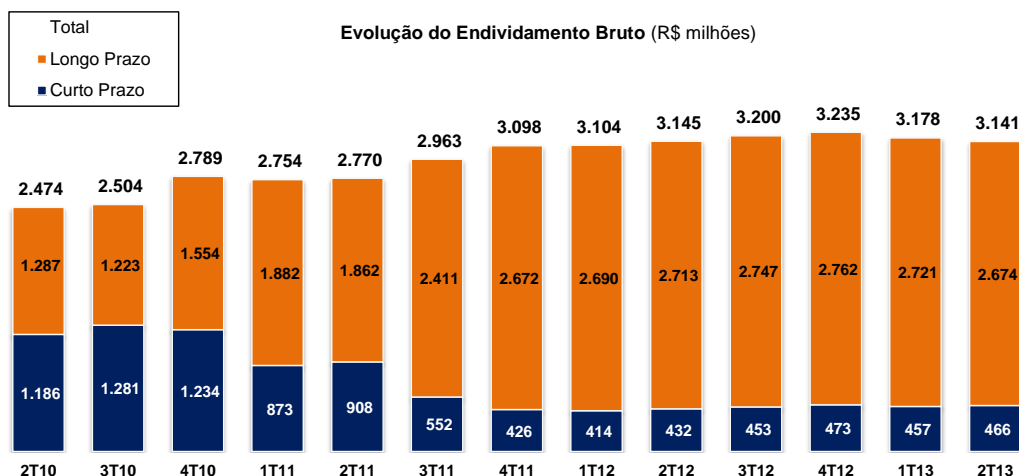


Ao final do 2T13, a dívida bruta consolidada (empréstimos e financiamentos mais debêntures) totalizava R\$ 3,1 bilhões, sendo que deste montante 65,4% correspondia a contratos indexados pela TJLP, 21,1% correspondia a contratos atrelados ao CDI e 13,4% a contratos atrelados ao IPCA.

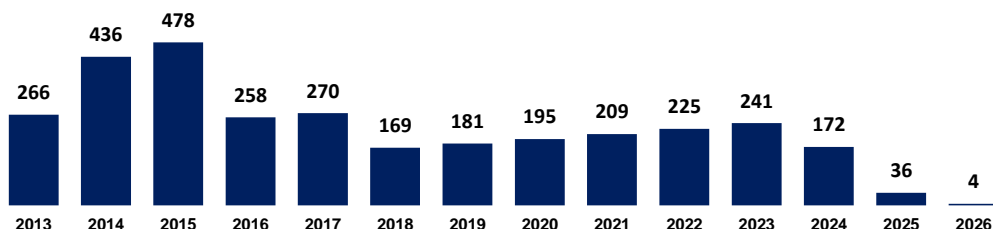
Perfil da Dívida Bruta (%)



Endividamento Bruto (Em milhares de reais)	2T13	1T13	2T12	Var% 2T13/1T13	Var% 2T13/2T12
Indexador					
TJLP	2.054.693	2.020.600	1.745.313	1,7%	17,7%
CDI	664.337	748.592	1.003.935	-11,3%	-33,8%
IPCA	420.754	407.726	395.094	3,2%	6,5%
Outros	4.834	5.323	6.912	-9,2%	-30,1%
<i>Custos e encargos antecipados</i>	<i>(3.725)</i>	<i>(4.366)</i>	<i>(6.664)</i>	<i>-14,7%</i>	<i>-44,1%</i>
Total	3.140.893	3.177.875	3.144.590	-1,2%	-0,1%



Cronograma de Amortização da Dívida (R\$ milhões)



Ônus Fixo pago ao Poder Concedente (Concessionárias Estaduais)

De acordo com as condições estabelecidas nos contratos de concessão, as concessionárias estaduais devem pagar ônus fixo ao Poder Concedente como contrapartida pela outorga da concessão. No 2T13, o montante pago foi correspondente a R\$ 16,2 milhões.

Ônus Fixo Pago - Fluxo de Caixa (R\$ Mil)	2T13	1T13	2T12	Var% 2T13/1T13	Var% 2T13/2T12	1S13	1S12	Var% 1S13/1S12
Total	(16.210)	(16.209)	(15.548)	0,0%	4,3%	(32.419)	(31.094)	4,3%
Autovias	(1.707)	(1.707)	(1.638)	0,0%	4,2%	(3.414)	(3.274)	4,3%
Centrovias	(2.554)	(2.553)	(2.449)	0,0%	4,3%	(5.107)	(4.898)	4,3%
Intervias	(1.589)	(1.589)	(1.524)	0,0%	4,3%	(3.178)	(3.048)	4,3%
Vianorte	(10.360)	(10.360)	(9.937)	0,0%	4,3%	(20.720)	(19.874)	4,3%

Em 30 de junho de 2013, o valor real e o número de parcelas mensais a serem pagas relacionadas ao ônus fixo estavam representados da seguinte forma:

Concessionárias	Valor Real (R\$ mil)			Parcelas Mensais
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	
Autovias	7.252	30.441	37.693	62
Centrovias	10.850	42.814	53.664	59
Intervias	6.752	37.982	44.734	79
Vianorte	44.018	162.610	206.628	56
Total	68.872	273.847	342.719	

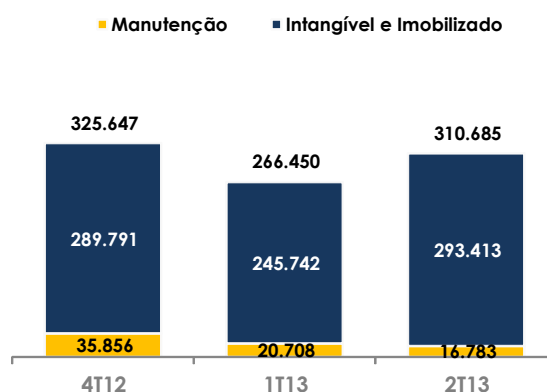
Investimentos e Manutenção de Rodovias

No 2T13, a Arteris investiu **R\$ 310,7 milhões** em suas rodovias, sendo **95%** deste montante destinado a **obras de infraestrutura e melhorias** (intangível e imobilizado) em sua quase totalidade concentradas nas concessionárias federais e o restante na **manutenção** das **rodovias** estaduais — as concessionárias federais ainda não apresentam desembolso de caixa referente à manutenção, previstos para acontecer no decorrer de 2013.

Investimentos Fluxo de Caixa (R\$ Mil)	2T13			1S13		
	Antes do IFRS (A + B)	IFRS		Antes do IFRS (A + B)	IFRS	
		Intangível e Imobilizado (A)	Manutenção Realizada (B)		Intangível e Imobilizado (A)	Manutenção Realizada (B)
Autovias	5.472	1.139	4.333	13.033	3.872	9.161
Centrovias	3.689	183	3.506	11.402	574	10.828
Intervias	5.614	3.280	2.334	10.332	5.080	5.252
Vianorte	9.498	2.888	6.610	16.691	4.441	12.250
Estaduais	24.273	7.490	16.783	51.458	13.967	37.491
Planalto Sul	32.597	32.597	-	64.461	64.461	-
Fluminense	61.340	61.340	-	109.559	109.559	-
Fernão Dias	64.642	64.642	-	117.443	117.443	-
Régis Bittencourt	60.222	60.222	-	123.977	123.977	-
Litoral Sul	67.122	67.122	-	109.245	109.245	-
Federais	285.923	285.923	-	524.685	524.685	-
Total	310.196	293.413	16.783	576.143	538.652	37.491
<i>Outros invest. e ajustes de consolidação</i>	489	489	-	910	910	-
Total	310.685	293.902	16.783	577.053	539.562	37.491

Para o ano de 2013, a Companhia estima investimentos e manutenções da ordem de R\$ 1,3 bilhão em suas rodovias federais e de aproximadamente R\$ 140 milhões nas rodovias estaduais. Até o final do prazo contratual de todas as concessões, o total remanescente de investimentos será de aproximadamente R\$ 7,1 bilhões, incluindo os montantes relacionados à manutenção.

Segue total de investimentos da Companhia nos últimos trimestres:



As obras mais relevantes no período, para as quais os investimentos da Companhia foram destinados, são as seguintes:

Autopista Fluminense



Duplicação BR101-RJ / Macaé – Campos (Autopista Fluminense)

Durante o 1S13 a concessionária deu continuidade às obras de duplicação de 59,6 quilômetros da rodovia BR 101/RJ entre os municípios de Macaé e Campos dos Goytacazes, iniciadas no 3T11 após a obtenção da licença de instalação junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). O projeto, que é uma das principais obras a ser executada pela Companhia, prevê a duplicação de 176,6 quilômetros, sendo que deste total, além dos 59,6 quilômetros já citados, foi emitida pelo IBAMA em abril de 2013, a licença de instalação (“L.I.”) que autorizou o início dos trabalhos de duplicação de mais 70,9 km do projeto, obra que teve sua primeira etapa iniciada logo após a obtenção da licença, já em abril.

Adicionalmente, a Companhia vem executando desde outubro de 2012, as obras da Avenida do Contorno no município de Niterói, o que trará importantes melhorias para este trecho da rodovia com a ampliação da capacidade viária. Ao longo do primeiro semestre do ano de 2013 (1S13) a Companhia ainda concluiu 3,8 quilômetros em ruas laterais, no município de Itaboraí (RJ).

Autopista Fernão Dias



Contorno de Betim – 1ª Etapa (Autopista Fernão Dias)

A principal obra em andamento na rodovia é a implantação do contorno de Betim (MG), possibilitando a criação de uma alternativa para o tráfego rodoviário de longa distância que atualmente trafega pelo município. Em 2012 foram concluídos 2,7 quilômetros da primeira etapa do projeto, incluindo a construção de um trevo em desnível, e tiveram início as obras de 5,4 quilômetros da segunda etapa, que se encontrava em andamento ao longo do 1S13, tendo o mês de Setembro, como previsão de conclusão.

No 1S13, a Autopista Fernão Dias também concluiu a construção de 18 melhorias de acesso à rodovia, 2 passarelas, além de entregar no município de Mairiporã (SP), 1,1 quilômetro de ruas laterais e um novo trevo em desnível. Outro trevo em desnível foi finalizado e entregue no município de Camanducaia (MG).

Autopista Régis Bittencourt



Duplicação da Serra do Cafezal (Autopista Régis Bittencourt)

O início de 2013 marcou a liberação, pelo órgão ambiental, da tão esperada licença de instalação para a duplicação dos 19,0 quilômetros restantes de um total de 30,5 quilômetros da Serra do Cafezal (BR-116/SP). A concessionária já havia concluído e liberado 11,5 quilômetros da duplicação, sendo 4,2 quilômetros na extremidade de Miracatu e 7,3 quilômetros no trecho inicial em Juquitiba (SP), incluindo 2 trevos em desnível, e aguardava a licença ambiental para dar início à fase final das obras. Esta fase, que deverá durar por pelo menos 3 anos, contemplará a construção de 4 túneis e 34 pontes e viadutos, com obras iniciadas em junho, em dois segmentos, um de 5 quilômetros e outro de 1,4 quilômetro.

Durante o 1S13, foram também construídas 6 passarelas, reforços estruturais e alargamentos em 3 pontes, 1 passagem inferior, 3 trevos em desnível, 3,2 quilômetros de ruas laterais em Cajati (SP) e concluída uma melhoria de interseção na rodovia.



Duplicação BR-116/PR – Fazenda Rio Grande (Autopista Planalto Sul)

Autopista Planalto Sul

Durante o último semestre, a concessionária teve como principal obra a duplicação de 25,0 quilômetros da BR-116/PR entre Curitiba (PR) e Mandirituba (PR), dos quais se encontra em andamento trecho de 8 quilômetros até Fazenda Rio Grande (PR), após a liberação da licença de instalação pelo IBAMA.

A rodovia também recebeu o reforço estrutural e alargamento de 7 pontes durante o 1S13, além da conclusão de 9 melhorias de acesso e 2 quilômetros de ruas laterais no município de Rio Negro (PR).

Autopista Litoral Sul

No 1S13, a concessionária concluiu a construção de 6,3 quilômetros de ruas laterais, sendo 0,4 quilômetro em Biguaçu (SC), 1,7 quilômetro no município de Portobelo (SC), 0,6 quilômetro em Barra Velha (SC), 1,6 quilômetro em Piçarras (SC), 1,0 quilômetro em Joinville (SC), e 1,0km em Garuva (SC). A concessionária também concluiu 4 novas passarelas no semestre.

Quadro de Pessoal

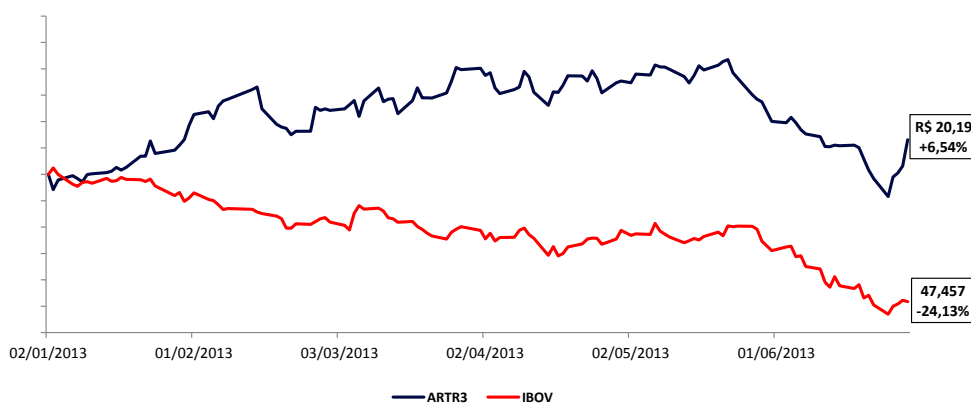
A Arteris conta com **6.606 profissionais** em seu quadro de pessoal, dos quais **41,5%** estão alocados nas **concessionárias federais, 19,8%** nas **estaduais, 37,0%** nas **construtoras** do grupo e o restante, ou **1,7%** em sua **holding**, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Quadro de Pessoal	2T13	1T13	2T12	Var. 2T13/1T13	Var. 2T13/2T12
Arteris (Holding)	112	109	116	3	(4)
<i>Concessionárias Estaduais</i>	1.309	1.320	1.347	(11)	(38)
Autovias	204	208	201	(4)	3
Centrovias	313	315	323	(2)	(10)
Intervias	529	533	561	(4)	(32)
Vianorte	263	264	262	(1)	1
<i>Concessionárias Federais</i>	2.744	2.763	2.702	(19)	42
Litoral Sul	571	580	555	(9)	16
Planalto Sul	260	255	263	5	(3)
Fluminense	406	407	270	(1)	136
Fernão Dias	884	890	978	(6)	(94)
Régis Bittencourt	623	631	636	(8)	(13)
Paulista	-	-	4	-	(4)
Latina Manutenção	2.268	2.280	2.497	(12)	(229)
Latina Sinalização	173	168	173	5	-
Total	6.606	6.640	6.839	(34)	(233)

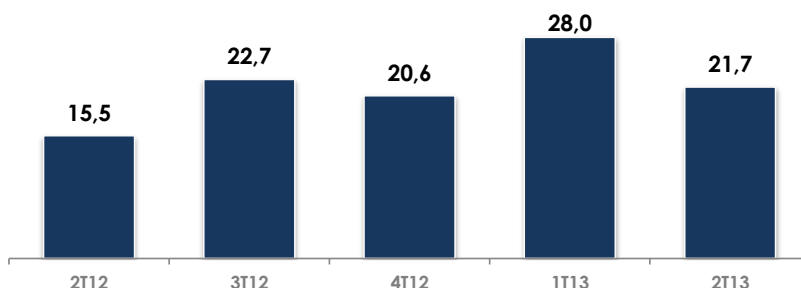
Mercado de Capitais

O **valor de mercado** da Arteris ao final do **2T13** totalizou **R\$ 7,0 bilhões**, tendo como base a cotação de fechamento de R\$ 20,19 por ação em 28/06/13. Esse preço corresponde a uma **valorização** de **6,54%** desde o início do ano. No mesmo período, o Índice Ibovespa apresentou desvalorização de 24,13%. Negociadas sob o código **ARTR3**, as ações da Companhia marcaram presença em 100% dos pregões realizados na BM&FBOVESPA e **movimentaram** cerca de **R\$ 1,37 bilhão** no trimestre.

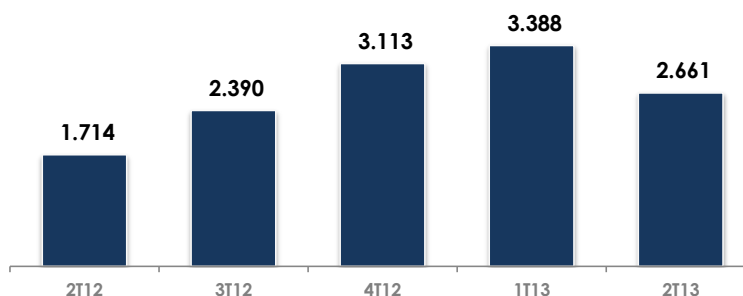
Evolução das Ações ARTR3 vs. Ibovespa (2T13)



Volume Financeiro - Média diária - (R\$ Milhões)



Número de Negócios - Média diária

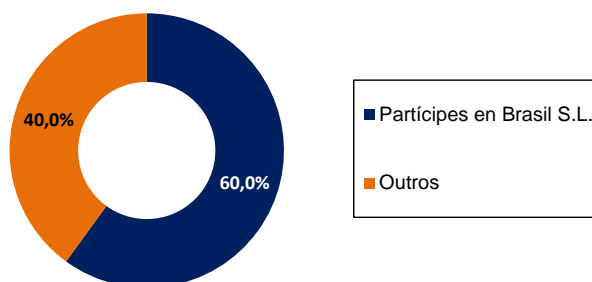


Média Diária	2T13	1T13	2T12	Var% 2T13/1T13	Var% 2T13/2T12
NP de Negócios	2.661	3.388	1.714	-21,5%	55,3%
NP de Ações Negociadas	1.038.903	1.359.858	749.306	-23,6%	38,6%
Volume Financeiro (R\$ Milhões)	21,7	28,0	15,5	-22,5%	40,0%

Composição Acionária

As ações da Arteris fazem parte das carteiras teóricas dos índices: IBrX – Índice Brasil, IGC – Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada, ITAG – Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado e SMLL – Índice *Small Cap*, e passaram também a compor o índice *MSCI Brazil* em junho de 2012.

O capital social subscrito e integralizado da Companhia era de aproximadamente R\$ 772,4 milhões em 30 de junho de 2013, representado por uma única classe de 344.444.440 ações ordinárias.



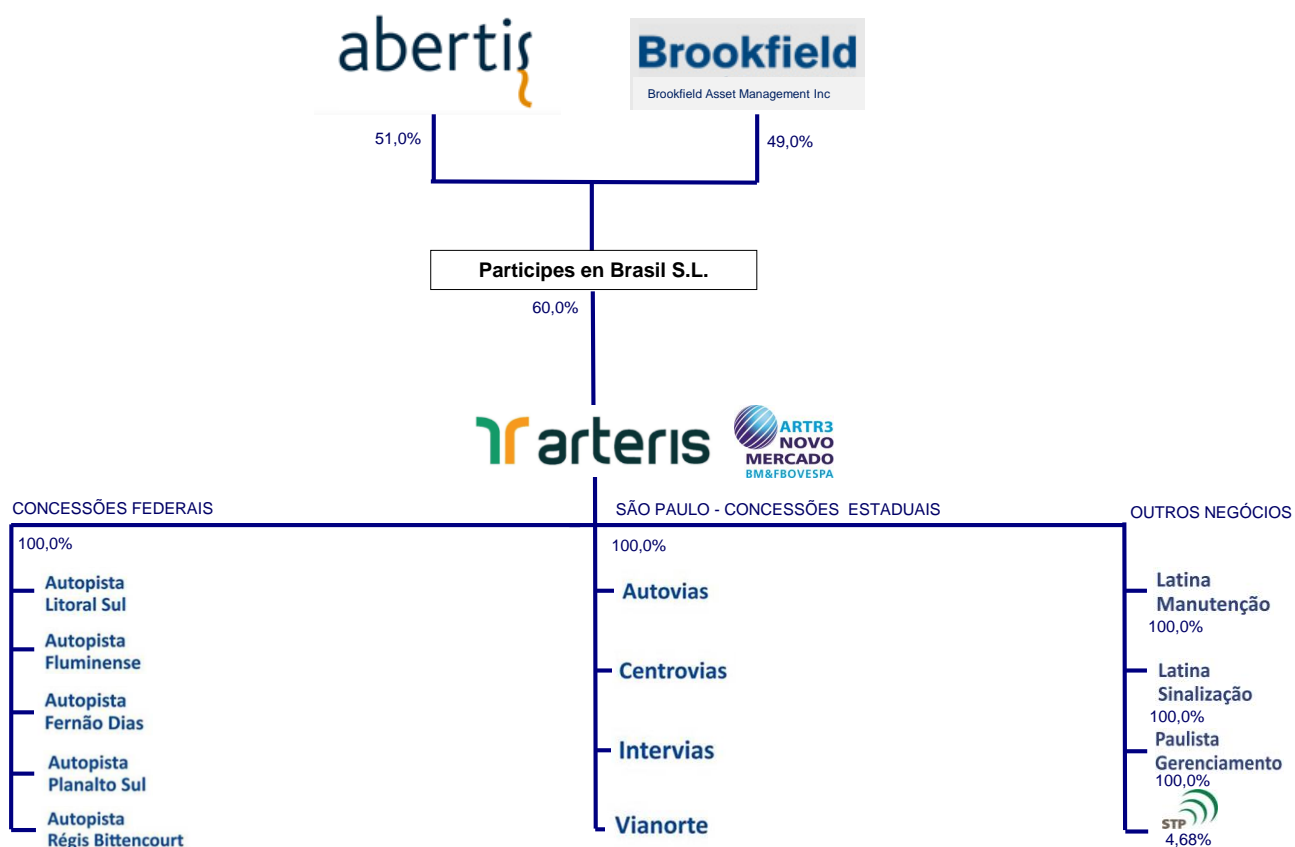
Data Base: 30/06/2013

Carteira de Ativos da Concessão

Abaixo apresentamos as principais informações acerca da carteira de concessões:

Concessionárias	Km	Praças de Pedágio	Prazo Final do Pagto. do Ônus Fixo	Prazo Final da Concessão	Indexador do Contrato
Estaduais					
Autovias	316,6	5	Aug-18	Aug-18	IGP-M
Centrovias	218,2	5	Jun-18	Jun-19	IGP-M
Intervias	375,7	9	Feb-20	Jan-28	IGP-M
Vianorte	236,6	4	Mar-18	Mar-18	IGP-M
Federais					
Planalto Sul	412,7	5	n.a.	Feb-33	IPCA
Fluminense	320,1	5	n.a.	Feb-33	IPCA
Fernão Dias	562,1	8	n.a.	Feb-33	IPCA
Régis Bittencourt	401,6	6	n.a.	Feb-33	IPCA
Litoral Sul	405,9	5	n.a.	Feb-33	IPCA

Estrutura Societária



Informações divulgadas por Abertis

As informações financeiras e operacionais trimestrais divulgadas pela Abertis referentes à Arteris, não são necessariamente idênticas aos resultados reportados pela Companhia, uma vez que a regras do IFRS no Brasil apresentam algumas diferenças com os critérios de IFRS da Abertis. A Abertis também inclui em seus resultados determinados impactos relacionados ao tratamento contábil da transação de compra da Participes em Brasil S.L., sociedade controladora de 60% da Arteris (Ex. OHL Brasil).

A seguir apresentamos a evolução de tráfego das concessionárias da Companhia medida pelo IMD (Intensidade Média Diária), conceito habitualmente utilizado pela Abertis para medir o desempenho de tráfego. O IMD representa o volume médio diário de tráfego da concessionária, em veículos absolutos, e é calculado pela média diária de veículos em cada praça de pedágio, ponderada pela quilometragem da rodovia.

IMD	6M13	6M12	Var%	2T13	2T12	Var%
Estaduais	12.183	11.570	5,3%	12.234	11.639	5,1%
Autovias	11.597	11.128	4,2%	11.691	11.228	4,1%
Centrovias	14.258	13.395	6,4%	14.014	13.304	5,3%
Intervias	10.080	9.628	4,7%	10.189	9.717	4,9%
Vianorte	14.396	13.568	6,1%	14.568	13.708	6,3%
Federais	21.337	20.477	4,2%	20.256	19.368	4,6%
Planalto Sul	6.746	6.561	2,8%	6.751	6.471	4,3%
Fluminense	15.644	15.495	1,0%	15.043	14.676	2,5%
Fernão Dias	24.590	23.483	4,7%	24.213	23.137	4,7%
Régis Bittencourt	22.081	21.556	2,4%	21.382	20.751	3,0%
Litoral Sul	35.417	34.119	3,8%	31.502	30.224	4,2%
Total	18.104	17.310	4,6%	17.424	16.619	4,8%

Perfil Corporativo

A Arteris é uma das maiores companhias do setor de concessões de rodovias do Brasil em quilômetros administrados, com 3.226 km em operação. Através de suas 9 concessionárias, a Arteris administra rodovias localizadas nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Paraná. Atualmente, detém 100% do capital das seguintes concessões estaduais: Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte; e das concessões federais: Autopista Fernão Dias, Autopista Régis Bittencourt, Autopista Litoral Sul, Autopista Planalto Sul e Autopista Fluminense.

A Companhia é uma empresa brasileira com 60,0% do seu controle detido pela Abertis Infraestructuras S.A., sociedade espanhola com sede em Barcelona e pela Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indiretamente pela Brookfield Asset Management INC, uma empresa listada nas bolsas de Nova Iorque e em Toronto, titulares respectivamente, de 51% e 49% do capital do bloco de controle da Arteris.

Para maiores informações acesse:

www.arteris.com.br

Este comunicado contém considerações futuras referentes a perspectivas do negócio, estimativas de resultados operacionais e financeiros, e de crescimento da Arteris. Essas são apenas projeções e, como tal, baseiam-se exclusivamente nas expectativas da administração da Arteris em relação ao futuro do negócio e seu contínuo acesso a capitais para financiar o plano de negócios da Companhia. Tais considerações futuras dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, regras governamentais, pressões da concorrência, do desempenho do setor e da economia brasileira, entre outros fatores e estão, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.

ANEXO 1

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
(Em milhares de reais)			
ATIVO	30/06/13	31/03/13	30/06/12
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	320.043	584.399	889.289
Contas a receber	122.734	119.067	88.219
Contas a receber - partes relacionadas	1	15	92
Estoques	9.277	7.823	9.781
Despesas antecipadas	7.122	8.379	19.755
Impostos a recuperar	25.277	24.218	24.835
Aplicações financeiras vinculadas	50.687	38.697	45.773
Outros créditos	4.473	4.051	4.027
Total do ativo circulante	539.614	786.649	1.081.771
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras vinculadas	64.432	67.152	70.543
Cauções contratuais	347	288	158
Despesas antecipadas	1	6	21
Imposto de renda e contribuição social diferidos	131.517	124.441	52.290
Depósitos judiciais	20.044	15.999	15.106
Outras contas a receber	208	292	149
Investimentos	1.053	1.053	1.053
Imobilizado	48.346	45.068	50.037
Intangível	5.304.670	5.066.367	4.419.050
Total do ativo não circulante	5.570.618	5.320.666	4.608.407
TOTAL DO ATIVO	6.110.232	6.107.315	5.690.178
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	118.532	116.861	82.941
Debêntures	347.935	339.662	349.032
Fornecedores	109.035	99.495	102.477
Obrigações sociais	62.925	67.412	55.525
Obrigações fiscais	73.441	65.747	56.968
Contar a pagar - partes relacionadas	259	1.919	258
Cauções contratuais	40.467	41.469	41.013
Dividendos propostos	-	20.114	-
Cretores pela concessão	70.380	69.092	65.805
Provisão para manutenção em rodovias	105.232	90.184	38.951
Provisão para investimentos em rodovias	55.633	54.181	51.705
Adiantamento seguros	43.760	48.772	59.976
Outras contas a pagar	13.130	9.238	9.755
Total do circulante	1.040.729	1.024.146	914.406
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	1.940.995	1.909.062	1.669.284
Debêntures	733.431	812.290	1.043.333
Cretores pela concessão	236.064	247.630	272.268
Receita diferida	1.067	99	995
Imposto de renda e contribuição social diferidos	62.941	58.057	-
Provisão para manutenção em rodovias	308.411	282.194	221.422
Provisão para investimentos em rodovias	56.744	58.577	67.371
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	11.552	11.421	6.262
Outras contas a pagar	4.004	4.031	5.119
Total do exigível a longo prazo	3.355.209	3.383.361	3.286.054
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	772.417	679.970	679.970
Reserva legal	80.076	60.614	60.614
Reserva de lucros	884.072	981.495	771.405
Ajuste do patrimônio líquido - variação cambial	(22.271)	(22.271)	(22.271)
Total do patrimônio líquido	1.714.294	1.699.808	1.489.718
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.110.232	6.107.315	5.690.178

ANEXO 2

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS								
(Em milhares de reais)								
	2T13	1T13	2T12	Var% 2T13/1T13	Var% 2T13/2T12	1S13	1S12	Var% 1S13/1S12
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	848.828	790.652	793.769	7,4%	6,9%	1.639.480	1.575.740	4,0%
Receitas de pedágio	558.475	536.515	499.626	4,1%	11,8%	1.094.990	996.122	9,9%
Estaduais	320.020	300.789	282.746	6,4%	13,2%	620.809	555.499	11,8%
Autovias	77.815	72.833	70.618	6,8%	10,2%	150.648	137.700	9,4%
Centrovias	81.486	78.833	70.282	3,4%	15,9%	160.319	140.288	14,3%
Intervias	88.241	82.045	78.150	7,6%	12,9%	170.286	153.241	11,1%
Vianorte	72.478	67.078	63.696	8,1%	13,8%	139.556	124.270	12,3%
Federais	238.455	235.726	216.880	1,2%	9,9%	474.181	440.623	7,6%
Planalto Sul	25.718	24.860	22.724	3,5%	13,2%	50.578	45.570	11,0%
Fluminense	38.203	38.855	35.925	-1,7%	6,3%	77.058	73.980	4,2%
Fernão Dias	57.153	55.269	54.185	3,4%	5,5%	112.422	108.930	3,2%
Régis Bittencourt	66.503	64.936	63.775	2,4%	4,3%	131.439	128.604	2,2%
Litoral Sul	50.878	51.806	40.271	-1,8%	26,3%	102.684	83.539	22,9%
Outras receitas	(7.465)	27.331	30.744	-127,3%	-124,3%	19.866	54.820	-63,8%
Receitas de obras	297.818	226.806	263.399	31,3%	13,1%	524.624	524.798	0,0%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(53.457)	(52.531)	(49.786)	1,8%	7,4%	(105.988)	(98.992)	7,1%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	795.371	738.121	743.983	7,8%	6,9%	1.533.492	1.476.748	3,8%
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(525.973)	(481.284)	(504.552)	9,3%	4,2%	(1.007.257)	(994.694)	1,3%
LUCRO BRUTO	269.398	256.837	239.431	4,9%	12,5%	526.235	482.054	9,2%
DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS	(46.765)	(43.612)	(45.559)	7,2%	2,6%	(90.377)	(84.528)	6,9%
Gerais e administrativas	(42.259)	(43.719)	(41.888)	-3,3%	0,9%	(85.978)	(81.420)	5,6%
Remuneração da administração	(4.953)	(4.418)	(3.868)	12,1%	28,1%	(9.371)	(6.961)	34,6%
Despesas tributárias	(700)	(809)	(1.147)	-13,5%	-39,0%	(1.509)	(2.235)	-32,5%
Outras receitas operacionais, líquidas	1.147	5.334	1.344	-78,5%	-14,7%	6.481	6.088	6,5%
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(64.567)	(70.301)	(63.505)	-8,2%	1,7%	(134.868)	(110.282)	22,3%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	158.066	142.924	130.367	10,6%	21,2%	300.990	287.244	4,8%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(51.134)	(50.200)	(41.204)	1,9%	24,1%	(101.334)	(93.491)	8,4%
Corrente	(53.328)	(48.486)	(41.837)	10,0%	27,5%	(101.814)	(91.326)	11,5%
Diferido	2.194	(1.714)	633	-228,0%	246,6%	480	(2.165)	-122,2%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	106.932	92.724	89.163	15,3%	19,9%	199.656	193.753	3,0%

ANEXO 3

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO		
(Em milhares de reais)		
	30/06/13	30/06/12
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO	199.656	193.753
Ajustes para conciliar lucro líquido com caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	133.766	113.869
Baixas de ativos imobilizados	1.113	1.674
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(477)	2.165
Variação monetária e juros sobre credores da concessão	12.184	18.242
Receita com aplicações financeiras vinculadas	(3.767)	(5.196)
Juros e variações monetárias de empréstimos	57.562	53.349
Juros e variações monetárias de debêntures	63.268	85.648
Despesas financeira AVP	12.773	3.617
Constituição (reversão) de provisão p/ riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	3.208	791
Constituição (reversão) de provisão p/ manutenção	71.151	30.396
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Contas a receber	(11.720)	10.940
Contas a receber - partes relacionadas	89	2
Estoques	(399)	(231)
Despesas antecipadas	1.962	(13.451)
Impostos a recuperar	(820)	2.184
Outros créditos	(2.134)	(359)
Cauções contratuais	(57)	(58)
Depósitos judiciais	(5.335)	(503)
Outras contas a receber	8	(21)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	(952)	(4.647)
Fornecedores - partes relacionadas	1	(354)
Cauções contratuais	318	2.325
Obrigações sociais	3.229	6.424
Obrigações fiscais	90.394	69.959
Imposto de renda e contribuição social pagos	(90.781)	(74.745)
Receita diferida	669	611
Adiantamentos para seguros	(10.334)	(8.469)
Outras contas a pagar	8.518	10.363
Credores pela concessão	56	(367)
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(1.832)	(185)
Pagamento de juros	(74.519)	(63.671)
Outros passivos	142	(16)
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	456.940	434.039
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de itens do ativo imobilizado	(7.665)	(3.321)
Adições ao intangível	(531.897)	(537.475)
Aplicações financeiras vinculadas	(173.093)	(190.766)
Valor resgatado das aplicações vinculadas	193.931	201.788
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(518.724)	(632.260)
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captações		
Empréstimos e financiamentos	127.796	241.982
Pagamento de juros e principal	(282.427)	(284.076)
Pagamento de credores pela concessão	(32.419)	(31.094)
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(299.610)	(90.944)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(361.394)	(289.165)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	681.437	1.178.454
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	584.399	889.289

GLOSSÁRIO

Ajuste a Valor Presente (AVP): Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entra em vigor a partir do exercício que se inicia em 1º de janeiro de 2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

Complementarmente a esse processo, a CVM, por meio da Instrução nº 469, de 2 de maio de 2008, orientou as companhias abertas a respeito da divulgação e do registro contábil de determinadas alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07.

Entre as principais alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07, que impactam às informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia, está a obrigatoriedade da avaliação de ativos e passivos relevantes de longo prazo, tais como "Direito de Concessão" e "Obrigações com o Poder Concedente", ao valor presente (Ajuste ao Valor Presente). Anteriormente a Companhia registrava o "Direito de Concessão" e "Obrigações com o Poder Concedente" pelo valor nominal.

Os efeitos dos ajustes ao valor presente ocorridos até 31/12/2007 das rubricas "Direito de Concessão" e "Obrigações com o Poder Concedente" foram contabilizados diretamente no Patrimônio Líquido da Companhia em 2008. A partir de 01/01/2008 os efeitos dos ajustes ao valor presente passaram a ser contabilizados diretamente nos resultados trimestrais.

Atualização Monetária do Ônus Fixo: Os contratos de concessão entre as Concessionárias Estaduais e o Poder Concedente estabelecem o reajuste pelo IGP-M dos pagamentos mensais do ônus fixo, com vencimento a partir do décimo segundo mês a contar de cada 1º de julho, data na qual também se reajusta pelo mesmo índice a tarifa dos pedágios.

Concessionárias Estaduais: Sociedades de Propósito Específico, criadas pelas vencedoras das Licitações, com as quais foram celebrados os Contratos de Concessão, tendo por objeto social específico a manutenção, conservação e operação de Concessão de Rodovias Estaduais e que tem como agência reguladora a ARTESP (Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo). A Arteris administra atualmente 4 Concessionárias Estaduais em São Paulo (Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte).

Concessionárias Federais: Sociedades de Propósito Específico, criadas pela vencedora da Licitação, com as quais foram celebrados os Contratos de Concessão, tendo por objeto social específico a exploração da Concessão de Rodovias Federais e que tem como agência reguladora a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres). A Arteris administra atualmente 5 concessionárias Federais no Brasil (Autopista Planalto Sul, Autopista Fluminense, Autopista Fernão Dias, Autopista Régis Bittencourt e Autopista Litoral Sul).

Custos com o Poder Concedente: São pagamentos pré definidos nos contratos de concessão. Esses custos são compostos por: despesas com o 'Ônus Variável' relativos as concessionárias estaduais, que correspondem a 3% da Receita Bruta nas Concessionárias Autovias, Centrovias e Vianorte, e 3% da Receita de Pedágio acrescido de 25% da Receita Acessória; e por gastos com 'Verba de Fiscalização' e 'Desenvolvimento Tecnológico' nas concessionárias federais, que são reajustadas pelo IPCA anualmente.

EBITDA e Margem EBITDA: EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

Para o cálculo da margem EBITDA, a companhia leva em consideração a relação entre a receita operacional líquida excluindo as receitas de obras e o EBITDA.

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada: EBITDA ajustado pelas reversões da provisão para manutenção de rodovias. A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional. Para o cálculo da margem EBITDA ajustada, a companhia leva em consideração a relação entre a receita operacional líquida excluindo as receitas de obras e o EBITDA ajustado.

Grau de Alavancagem: A metodologia utilizada para determinar o grau de alavancagem leva em conta a relação Dívida Líquida (Dívida Bruta menos Disponibilidades e Caixa) dividido pelo EBITDA Ajustado pela reversão da provisão para manutenção, menos Pagamento do Ônus Fixo, constante no fluxo de caixa. Quanto menor for o grau de alavancagem maior poderá ser o montante de capital a ser financiado junto ao mercado de crédito.

Ônus Fixo: De acordo com os nossos contratos de concessão, as Concessionárias Estaduais devem pagar ao Poder Concedente um ônus fixo como contrapartida pela outorga da concessão. Estes contratos estabelecem também que o valor de tal ônus fixo deve ser pago em parcelas mensais ao longo do prazo de concessão. Optamos por contabilizar no nosso ativo o valor da outorga da concessão e no nosso passivo o total da dívida a pagar ao poder concedente pelo ônus fixo.

Pedágio por Meio Eletrônico/Sistema AVI: O sistema AVI é um sistema eletrônico de pagamento em uso nas rodovias pedagiadas. Os motoristas que aderem ao sistema AVI instalam um sensor eletrônico no para-brisa, que os identifica e reconhece a categoria de veículos que dirigem. Ao passar por uma pista com sistema AVI na praça de pedágio, antenas captam os sinais emitidos e os sensores registram a presença do veículo e calculam o valor total a ser pago, sem a necessidade de o motorista parar o veículo.

Poder Concedente: A União, o Estado, o Distrito Federal ou Município, em cuja competência se encontre o serviço público, precedido ou não da execução de obra, objeto de concessão ou permissão. (Lei Nº 8.987, de 1995 - Artigo 2 - CF. Artigo 1). O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nas condições previstas no contrato. O poder concedente conta com as agências reguladoras (ARTESP no estado de São Paulo e ANTT para o governo federal) para acompanhar e fiscalizar os serviços delegados de transportes e regular o programa de concessões rodoviárias.

Provisão para Manutenção: Estimativa dos desembolsos necessários para liquidar as obrigações presentes de manter a infraestrutura em níveis de operacionalidade definidos contratualmente considerando os desgastes derivados de seu uso. A Concessionária deverá constituir provisão com base em sua melhor estimativa dos desembolsos necessários para manter um determinado nível de serviço ou recuperar a infraestrutura dos níveis de operacionalidade antes de entregar ao poder concedente no fim do período de vigência da concessão, conforme definido contratualmente.

Reajuste de Tarifas: Conforme estabelecido nos contratos de concessão do Estado de São Paulo, as tarifas de pedágio são reajustadas sempre no mês de julho com base na variação de 12 meses do IGP-M ocorrida até 31 de maio. A partir do reajuste a ser realizado no dia 1 de julho de 2013 o IGP-M será substituído pelo IPCA como base de reajuste. Os desequilíbrios econômico-financeiros provenientes da alteração do indexador serão avaliados bianualmente e reequilibrados com o tempo de contrato. Já os reajustes nas tarifas das concessões federais ocorrerão com base na variação do IPCA, calculado pelo IBGE, entre o mês anterior a data de referência na apresentação da proposta de tarifa, ou seja, junho de 2007, e o mês anterior à data de início de cobrança de pedágios. Após esse primeiro reajuste, os demais ocorrerão anualmente também pelo IPCA acumulado nos últimos 12 meses a contar do último reajuste.

Receitas e Custos de Construção: São uma representação contábil, não caixa, advindas das novas regras trazidas pelo IFRS, que buscam traduzir o montante de investimento da Companhia em seu intangível. O valor registrado como receita de obra é exatamente o mesmo registrado como custo de obras, ou seja, seus efeitos não alteram a composição dos resultados da Companhia.

Veículos-Equivalentes: A unidade veículo-equivalente é usada como base para cobrança das tarifas de pedágio. Um automóvel de passeio é considerado um veículo-equivalente e um veículo comercial (caminhão ou ônibus) é computado pelo número de eixos possuído, sendo cada um deles contado como um veículo de passeio. Um veículo de passeio equivale a um eixo de veículo comercial.